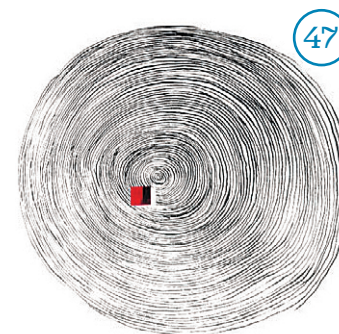


CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Emídio Gomes
Prof. catedrático

*O país
como um todo*

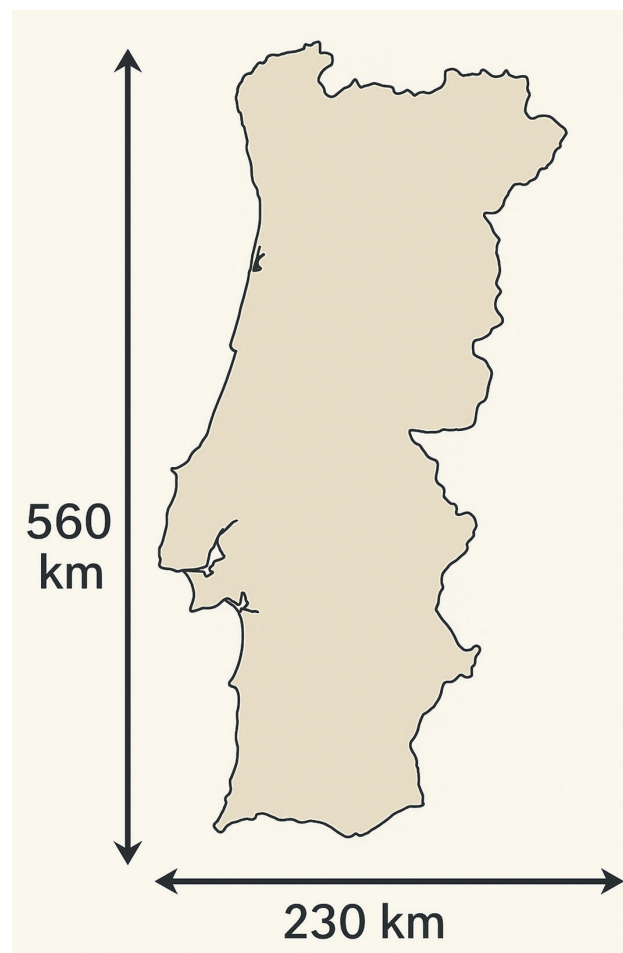
Com menos de 600 km de comprimento e pouco mais de 200 km de largura, Portugal tem revelado uma incapacidade secular crónica para ter um plano estratégico que consiga olhar para o seu desenvolvimento pleno. Só um “país rico” se permite ao desperdício do potencial de uma parte substancial do seu território. Temos por isso que ser capazes de olhar para o todo nacional, desenhando e aplicando políticas consistentes e duradouras. Se houver vontade política, um plano de desenvolvimento a aplicar em duas décadas e diferenciais de investimento significativos, poderá mudar a face atual do interior de Portugal. À sua escala, a nova ponte sobre o rio Maçãs, em Vimioso, tem que ter a mesma importância que o investimento no sistema de transportes de uma grande cidade.

Se deixarmos tudo correr ao sabor da chamada globalização, sem intervenção de políticas públicas diferenciadoras, então teremos um acentuar do efeito gravítico sobre os menores, ou mais fracos, com impacto negativo no emprego, no talento, no investi-

mento e, consequentemente, no desenvolvimento. Em Portugal, ao longo das últimas décadas, este “efeito da gravidade” gerou um movimento de perda do interior para o litoral, do litoral para Lisboa e daqui para outras capitais do globo. Mas se olharmos para a totalidade do território, este movimento foi ainda mais vasto. O efeito gravítico sentiu-se das vilas e concelhos para as antigas capitais de distrito e, mesmo nos concelhos mais pequenos, à perda de população e serviços das aldeias para os núcleos urbanos das suas sedes. Contrariar este efeito da gravidade parece ser uma abstração difícil de entender e solucionar. Mas é, por isso mesmo, um dos mais complexos e desafiantes obstáculos a vencer. Porque é aí que se estabelece a linha de fronteira entre países globalmente desenvolvidos e outros que nem por isso!

Mesmo quando criamos unidades de missão específicas para o interior, como aconteceu em 2016 com a nomeação de uma distinta e competente docente da universidade de Coimbra, assistimos à sua desistência menos de dois anos depois, com o anúncio público da falta de apoio político para o programa a desenvolver e a manifestação da sua frustração pela incapacidade do Governo compreender a possibilidade de conjugar desenvolvimento com baixa densidade populacional. De um elenco de 164 medidas num designado Plano Nacional para a Coesão Territorial, retiramos a promessa da criação de equipas de intervenção permanente nos concelhos do interior, de um novo fundo de captação de congressos internacionais e eventos, a transformação de Portugal num grande destino mundial para rotas pedestres e cicláveis, ou a implementação de incentivos adicionais para investimentos em capital de novas empresas em territórios do interior. Nas acessibilidades, prometeu-se a renovação da rede ferroviária de proximidade e investimentos rodoviários que pudessem contribuir para a melhoria das condições de vida e para a atratividade económica destes territórios. Nunca nos faltam muitas e boas ideias com potencial de promoção da coesão do território. Mas que, mais do que serem politicamente assumidas, têm que ser concretizadas em tempo útil.

O excesso de concentração do Ensino Superior nas áreas metropolitanas, a distribuição de equipamentos e investimento público, o abandono de estruturas de extensão rural ou a forma como durante décadas nada quisemos saber das populações rurais, exceto quando lá se identificam recursos no subsolo, parecem tornar o subdesenvolvimento de partes do território como uma inevitabilidade. Mas não nos podemos conformar, muito menos desistir.



Se houver vontade política, um plano de desenvolvimento a aplicar em duas décadas e com diferenciais de investimento significativos poderá mudar a face atual do interior de Portugal